

A SEMANA – 145

John Gledson

Tem-se a impressão, sobretudo porque Machado diz que está enfermo, e no fim (“etc., etc., etc.”), que esta crônica cumpre sobretudo um dever semanal, e que o cronista anseia pelo fim dela (“A pena cai-me.”). Isto não quer dizer, é claro, que não tenha interesse – muito pelo contrário. O assunto dos curandeiros, feiticeiras e outros já o ocupara em três ou quatro crônicas, de “Bons Dias!” e “A Semana” – a lista dos objetos apanhados lembra muito a crônica de “Bons Dias!” sobre o curandeiro Tobias, de 29 de agosto de 1889. Esse tipo de reportagem era relativamente comum, porque estas prisões eram corriqueiras. A razão da frequência parece ser que acabara o que o próprio Machado chama (em 14 de junho de 1889) de “a tolerância carioca”, diante da onda finissecular do cientificismo, a que o cronista resistia. Como diz em 11 de dezembro de 1892: “Não há curandeiros, há médicos sem medicina, que é outra coisa.” Uma das novidades desta crônica consiste em comparar esta credice a outras piores e/ou mais populares – o Encilhamento e o jogo do bicho –, daí um tom de impaciência que, se é um simples efeito de estilo, é muito convincente.

Esta crônica consta da antologia de Mário de Alencar, p. 201-204.



A SEMANA

10 de março de 1895

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

A autoridade recolheu esta semana à detenção duas feiticeiras e uma cartomante, levando as ferramentas de ambos os ofícios. Achando-se estes incluídos no código como delitos, não fez mais que a sua obrigação, ainda que incompletamente.¹

A minha questão é outra. As feiticeiras tinham consigo uma cesta de bugigangas, aves mortas, moedas de dez e vinte réis, uma perna de ceroula velha, saquinhos contendo feijão, arroz, farinha, sal, açúcar, canjica, penas e cabeças de frangos. Uma delas, porém, chamada Umbelina, trazia no bolso não menos de quatrocentos e treze mil-réis. Eis o ponto. Peço a atenção das pessoas cultas.

Nestes tempos em que o pão é caro e pequeno, e tudo o mais vai pelo mesmo fio, um ofício que dá quatrocentos e treze mil-réis pode ser considerado delito? Parece que não. Gente que precisa comer, e tem que pagar muito pelo pouco que come, podia roubar ou furtar, infringindo os mandamentos da lei de Deus. Tais mandamentos não falam de feitiçaria, mas de furto.² A feitiçaria, por isso mesmo que não está entre o homicídio e a impiedade, é delito inventado pelos homens, e os homens erram. Quando acertam, é preciso examinar a sua afirmação, comparar o ato ao rendimento, e concluir.

Não se diga que a feitiçaria é ilusão das pessoas crédulas. Sou indigno de criticar um código, mas deixem-me perguntar ao autor do nosso: Que sabeis disso? Que é ilusão? Conheceis Poe? Não é jurisconsulto, posto desse um bom juiz formador da

¹ Na verdade, Machado cita duas notícias, ambas do *Jornal do Commercio*. A primeira é de 4 de março (segunda-feira), e encontra-se na segunda página do jornal, coluna 6, sob o título “FEITIÇARIA”. As duas mulheres foram presas na rua do Ouvidor, às 8 da noite; a lista que Machado dá vem diretamente do jornal, que também dá o detalhe dos 413\$ (sem dizer que os trouxesse no bolso). A segunda notícia é de 6 de março (quarta-feira), e está na segunda página, coluna 3, com o título “Cartomante”: “Ontem, às 10 horas da manhã, o delegado da 8ª circunscrição urbana apresentou-se na casa n. 206 da rua do Senador Pompeu, residência de Zebina de Costa Braga, encontrando-a cercada de muitos *clientes*, aos quais dava consulta de cartomancia. / A referida autoridade prendeu Zebina em flagrante, por se achar incurso no art. 157 do Código Penal, e a remeteu para a casa de detenção.” Não entendemos o “incompletamente” do texto da crônica. Será algum detalhe do código? Ou os “*clientes*” deviam ficar presos também?

² O oitavo mandamento proíbe o furto (Êxodo 20:15). Também se refere ao terceiro (“impiedade”), e ao sexto (“homicídio”).

culpa. Ora, Poe escreveu a respeito do povo: “O nariz do povo é a sua imaginação; por ele é que a gente pode levá-lo, em qualquer tempo, aonde quiser.”³ O que chamais ilusão é a imaginação do povo, isto é, o seu próprio nariz. Como fazeis crime a feitiçaria de o puxar até o fim da rua, se nós podemos puxá-lo até o fim da paróquia, do distrito ou até do mundo?

No nosso⁴ ano terrível, vimos esse nariz chegar mais que ao fim do mundo, chegar ao céu. Ninguém fez disso crime, alguns fizeram virtude, e ainda os há virtuosos e credores. Realmente, prometer com um palmo de papel um palácio de mármore é o mesmo que dar um verdadeiro amor com dois pés de galinha. A feiticeira fecha o corpo às moléstias com uma das suas bugigangas, talvez a ceroula velha, – e há facultativo⁵ (não digo competente) que faz a mesma coisa, levando a ceroula nova. Que razão há para fazer de um ato malefício, e benefício de outro?

O código, como não crê na feitiçaria, faz dela um crime, mas quem diz ao código que a feiticeira não é sincera, não crê realmente nas drogas que aplica e nos bens que espalha? A psicologia do código é curiosa. Para ele, os homens só creem aquilo que ele mesmo crê; fora dele, não havendo verdade, não há quem creia outras verdades, – como se a verdade fosse uma só e tivesse trocos miúdos para a circulação moral dos homens.

Tudo isto, porém, me levaria longe; limitemo-nos ao que fica; e não falemos da cartomante, em que se não achou dinheiro, provavelmente porque o tem na caixa econômica. Relativamente às cartomantes, confesso que não as considero como as feiticeiras. A cartomancia nasceu com a civilização, isto é, com a corrupção, pela doutrina de Rousseau.⁶ A feitiçaria é natural do homem; vede as tribos primitivas. Que também o é da mulher, confessá-lo-á o leitor. Se não for pessoa extremamente grave, já há de ter chamado feiticeira a alguma moça. Vão meter na cadeia uma senhora só porque fecha o corpo alheio com os seus olhos, que valem mais ainda que cabeças de frangos ou pés de galinha. Ou pés de galinha!

Podia dizer de muitas outras feitiçarias, mas seria necessário indagar o ponto de semelhança, e não estou de alma inclinada à demonstração. Nem à simples narração, Deus dos enfermos! Isto vai saindo ao sabor da pena e tinta. E por estar doente, e com grandes desejos de acudir à feitiçaria, é que me dói (sempre o interesse pessoal!) a prisão das duas mulheres. Talvez a moeda de dez réis me desse saúde, não digo uma só moeda, mas um milhão delas.

³ “The nose of a mob is its imagination. By this, at any time, it may be quietly led.” (da “Marginalia”, installment XV, de *The Southern Literary Messenger*, junho de 1849). Machado possuía uma edição das obras de Poe (1809-1849) em três volumes, de 1890. Como se trata de uma citação de uma obra marginal, evidencia o grande interesse e admiração de Machado por Poe, do qual ficaram muitos testemunhos, principalmente nos contos. Ele seria bom juiz, é claro, por tratar tanto de crime na sua obra.

⁴ Na *Gazeta* está “novo”. Ambos, Mário de Alencar e Aurélio, têm “nosso”, sem dúvida correto.

⁵ Entenda-se: médico.

⁶ A ideia de que o homem é naturalmente bom, mas que a sociedade o corrompe, é fundamental à filosofia de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778).

Sim, eu creio na feitiçaria, como creio nos bichos de Vila Isabel, outra feitiçaria, sem sacos de feijão.⁷ São sistemas. Cada sistema tem os seus meios curativos e os seus emblemas particulares. Os bichos de Vila Isabel, mansos ou bravios, fazem ganhar dinheiro depressa, e sem trabalho, tanto como fazem perdê-lo, igualmente depressa e sem trabalho, tudo sem trabalho, não contando a viagem de bonde, que é longa, vária e alegre. Ganha-se mais do que se perde, e tal é o segredo que esses bons animais trouxeram da natureza, que os homens, com toda a civilização antiga e moderna, ainda não alcançaram. Não sei se a feitiçaria dos bichos dá mais dos quatrocentos e treze mil-réis da Umbelina; talvez dê mais, o que prova que é melhor.

Além dessas, temos muitas outras feitiçarias; mas já disse, não vou adiante. A pena cai-me. Não trato sequer da política, aliás assunto que dá saúde. Há quem creia que ela é uma bela feitiçaria, e não falta quem acrescente que nesta⁸ como na outra, o povo não pode nem anda desnarigado; é horrendo e incômodo.

Também não cito o júri, instituição feiteiceira, dizem muitos. Ser-me-ia preciso examinar este ponto, longamente, profundamente, independentemente, e não há em mim agora profundeza, nem independência, nem me sobra tempo para tais estudos. Eu aprecio esta instituição que exprime a grande ideia do julgamento pelos pares; examina-se o fato sem prevenção de magistrados, nem câmara própria de ofício, sem nenhuma atenção à pena. O crime existe? Existe; eis tudo. Não existe; eis ainda mais. Depois, é para mim instituição velha, e eu gosto particularmente dos meus velhos sapatos; os novos apertam os pés, enquanto que um bom par de sapatos folgados é como os dos próprios anjos guerreiros, Miguel, etc., etc., etc.



⁷ O jogo do bicho foi inventado em 1890 pelo barão de Drummond, para financiar o seu Jardim Zoológico em Vila Isabel, que tinha tido o seu subsídio financeiro cancelado pelo governo da República. Tal foi o sucesso que, entre outras coisas, os bondes até Vila Isabel ficaram lotados (“a viagem de bonde, que é longa, vária e alegre”), e muita gente ia a pé. Neste momento em particular, os protestos contra o jogo estavam no auge: em particular n’*O Paiz* crescia a indignação, que levaria mais tarde neste mesmo ano à expulsão do jogo do Jardim, de onde iria para o centro da cidade, e para o Brasil inteiro. Cito um artigo deste jornal, do dia 12 de março, para dar uma ideia do clima: “Em uma palavra o Jardim é quase um Deus; superior à chuva e ao bom tempo; promotor de conflitos e apaziguador de chinfrins. (...) S. Ex. o Zoológico está fazendo uma *drainage* maravilhosa de dinheiro: os samburás das compras dos cozinheiros levam-lhe os cobres da carne verde e da batata-doce; (...). Damos os parabéns ao venerando Jardim capitalista e banqueiro do pobre! (...) Abaixo o bicho!... Morte à jogatina! é o brado, é a súplica que todos os dias nos endereçam e que não era preciso que nos solicitassem, porque sem o nosso protesto [aqui, no jornal, há um “não”, que parece não fazer sentido] transformarão o Rio de Janeiro numa Mônaco colossal, nojenta e desbragada!...”

⁸ Aurélio acrescenta aqui uma vírgula, que não está nem na *Gazeta* nem no texto de Mário de Alencar.